

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. DISPOSIÇÕES GERAIS APLICÁVEIS AO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO.....	5
1.1 Modelo de apresentação com técnica processual forense.....	9
1.2 Competência processual.....	11
1.2.1 Competência processual de segundo grau.....	14
1.2.2 Competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.....	16
1.2.3 Situações excepcionais de competência processual	18
1.3 Qualificação das partes.....	21
1.3.1 Qualificação da pessoa física como sujeito ativo (autor)	22
1.3.2 Qualificação da pessoa jurídica como sujeito ativo (autora)	22
1.3.3 Qualificação da pessoa jurídica de direito público interno.....	23
1.4 Exposição dos fatos.....	23
1.5 Dos fundamentos de direito.....	24
1.6 Do pedido.....	25
1.7 Da produção de provas.....	25
1.8 Valor da causa.....	25
1.9 Liminares e antecipação de tutela.....	26
1.9.1 Requisitos para a concessão de liminar.....	26
1.9.2 Requisitos para a concessão de tutela provisória.....	27
1.9.3 Concessão de depósito do montante integral	29
2. MEDIDAS JUDICIAIS DE INICIATIVA DA FAZENDA PÚBLICA.....	31
2.1 Medida cautelar fiscal.....	31
2.1.1 Modelo de medida cautelar fiscal.....	35
2.2 Execução fiscal.....	37
2.2.1 Homologação de decisões estrangeiras em execução fiscal	39
2.2.2 Modelo de execução fiscal.....	40
3. MEDIDAS JUDICIAIS DE INICIATIVA DO SUJEITO PASSIVO.....	41
3.1 Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária	42
3.1.1 Principais características	42
3.1.2 Cabimento.....	42
3.1.3 Competência	43
3.1.4 Fundamento da ação, cabimento de tutela provisória antecipada de urgência e nomenclatura adequada	43

3.1.5	Pedido	44
3.1.6	Das provas e valor da causa	44
3.1.7	Desfecho	45
3.1.8	Modelo de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária com pedido de tutela provisória antecipada de urgência....	45
3.2	Ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária com repetição de indébito fiscal	48
3.2.1	Principais características	48
3.2.2	Cabimento	49
3.2.3	Competência	49
3.2.4	Fundamento da ação, cabimento de tutela provisória antecipada de urgência e nomenclatura adequada	50
3.2.5	Pedido	51
3.2.6	Das provas e valor da causa	52
3.2.7	Desfecho	52
3.2.8	Modelo de ação declaratória de inexistência de relação jurídico-tributária cumulada com repetição de indébito fiscal com pedido de tutela provisória antecipada de urgência.....	53
3.3	Ação anulatória de débito fiscal.....	56
3.3.1	Principais características	56
3.3.2	Cabimento	57
3.3.3	Competência	57
3.3.4	Fundamento da ação, cabimento de tutela provisória antecipada de urgência e nomenclatura adequada	58
3.3.5	Pedido	59
3.3.6	Das provas e valor da causa	59
3.3.7	Desfecho.....	60
3.3.8	Modelo de ação anulatória de débito fiscal com pedido de tutela provisória antecipada de urgência.....	60
3.4	Ação anulatória de decisão administrativa com repetição de indébito fiscal ou compensação de tributos.....	63
3.4.1	Principais características	63
3.4.2	Cabimento	63
3.4.3	Competência	64
3.4.4	Fundamento da ação, cabimento de tutela provisória antecipada de urgência e nomenclatura adequada	64
3.4.5	Pedido	65
3.4.6	Das provas e valor da causa	65
3.4.7	Desfecho.....	66
3.4.8	Modelo de ação anulatória de decisão administrativa cumulada com repetição de indébito fiscal	66
3.5	Ação de repetição do indébito fiscal	69
3.5.1	Principais características	69

3.5.2	Cabimento.....	71
3.5.3	Competência	71
3.5.4	Restituição de tributos indiretos.....	73
3.5.5	Fundamento da ação e nomenclatura adequada	73
3.5.6	Pedido	74
3.5.7	Das provas e valor da causa.....	74
3.5.8	Desfecho.....	74
3.5.9	Modelo de ação de repetição de indébito fiscal	75
3.6	Ação de consignação em pagamento	77
3.6.1	Principais características	77
3.6.2	Cabimento.....	79
3.6.3	Competência	80
3.6.4	Fundamento da ação e nomenclatura adequada	81
3.6.5	Pedido	81
3.6.6	Das provas e valor da causa.....	82
3.6.7	Desfecho.....	82
3.6.8	Modelo de ação de consignação em pagamento	83
3.7	Mandado de segurança	85
3.7.1	Principais características	85
3.7.2	Fundamento da ação e nomenclatura adotada.....	86
3.7.3	Cabimento e legitimidade	87
3.7.4	Autoridade coatora e sua determinação.....	88
3.7.5	Liminar no Mandado de Segurança.....	89
3.7.6	Competência.....	90
3.7.7	Notificação da autoridade coatora e oitiva do Ministério Público....	91
3.7.8	Pedido	92
3.7.9	Valor da causa.....	92
3.7.10	Desfecho.....	93
3.7.11	Demais considerações relevantes.....	93
3.7.12	Modelo de Mandado de Segurança com pedido de liminar	94
3.8	Embargos à execução fiscal	96
3.8.1	Principais características	96
3.8.2	Cabimento.....	98
3.8.3	Competência	98
3.8.4	Fundamento da ação e nomenclatura adequada	99
3.8.5	Pedido	99
3.8.6	Das provas e valor da causa.....	100
3.8.7	Desfecho.....	100
3.8.8	Modelo de embargos à execução fiscal	101
3.9	Exceção de pré-executividade.....	104

3.9.1	Principais características	104
3.9.2	Cabimento	104
3.9.3	Competência	105
3.9.4	Fundamento da ação e nomenclatura adequada	105
3.9.5	Pedido	106
3.9.6	Desfecho.....	106
3.9.7	Modelo de exceção de pré-executividade.....	107
4.	PROCESSOS NOS TRIBUNAIS E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS	111
4.1	Ordem dos processos nos tribunais e incidentes processuais nos tribunais..	112
4.1.1	Incidente de assunção de competência	113
4.1.2	Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	114
4.1.3	Conflito de competência.....	116
4.1.4	Homologação de decisão estrangeira e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória	117
4.1.5	Ação rescisória.....	119
4.1.6	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	122
4.1.7	Reclamação	125
4.2	Recursos processuais.....	126
4.2.1	Juízo de admissibilidade e de mérito recursal.....	127
4.2.2	Pressupostos e impedimentos recursais.....	129
4.2.3	Efeitos dos recursos.....	130
4.3	Apelação.....	131
4.3.1	Principais características.....	133
4.3.2	Interposição do recurso.....	133
4.3.3	Juízo de admissibilidade recursal e fundamentação.....	134
4.3.4	Efeitos no recurso de apelação	134
4.3.5	Modelo de recurso de apelação	135
4.4	Recurso de agravo de instrumento.....	136
4.4.1	Principais características.....	138
4.4.2	Interposição do recurso e juízo de admissibilidade recursal.....	138
4.4.3	Modelo de recurso de agravo de instrumento	139
4.5	Agravo interno	141
4.5.1	Principais características.....	141
4.5.2	Modelo de recurso de agravo interno.....	142
4.6	Embargos de declaração	143
4.6.1	Principais características.....	144
4.6.2	Processamento e efeitos.....	145
4.6.3	Modelo de embargos de declaração	145

4.7	Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	146
4.7.1	Recurso ordinário constitucional	146
4.7.1.1	Cabimento e estrutura do recurso.....	147
4.7.1.2	Modelo de recurso ordinário constitucional.....	147
4.7.2	Recurso especial e recurso extraordinário	148
4.7.2.1	Principais características do recurso especial.....	151
4.7.2.2	Cabimento e estrutura do recurso especial.....	152
4.7.2.3	Modelo de recurso especial.....	152
4.7.2.4	Principais características do recurso extraordinário	154
4.7.2.5	Cabimento e estrutura do recurso.....	154
4.7.2.6	Modelo de recurso extraordinário	155
4.8	Embargos de divergência.....	156
4.8.1	Principais características	157
4.8.2	Processamento e efeitos.....	158
4.8.3	Modelo de embargos de divergência.....	158

SEGUNDA PARTE

INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES GERAIS

1.	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO E PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO	161
1.1	A Consulta Tributária.....	164
1.1.1	Competência territorial para formulação da consulta fiscal.....	165
1.1.2	Competência material para formulação da consulta fiscal.....	165
1.1.3	Objeto da consulta fiscal.....	165
1.1.4	Efeitos da consulta fiscal	165
1.1.5	Procedimento de consulta fiscal propriamente dito	166
1.1.5.1	Preparo Preliminar.....	166
1.1.5.2	Preparo de Solução	167
1.1.5.3	Solução da Consulta	167
1.1.6	Recurso quanto à solução da consulta	167
1.1.7	Ineficácia da consulta fiscal.....	168
1.1.8	Documentos necessários para formulação da Consulta Fiscal em âmbito federal.....	169
1.1.9	Modelos de Formulários de Consulta Fiscal.....	170
2.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL PROPRIAMENTE DITO	175
2.1	Requisitos formais da notificação de lançamento e do auto de infração.....	175
2.2	Impugnação administrativa.....	176
2.2.1	Requisitos de admissibilidade da impugnação administrativa	177
2.2.2	Requisito temporal da impugnação administrativa.....	177
2.2.3	Requisito processual da impugnação administrativa.....	178

2.2.4	Requisito formal da impugnação administrativa	178
2.2.5	Competência para o julgamento da impugnação administrativa	179
2.3	Recursos administrativos de segunda instância	180
2.3.1	Formalização do recurso voluntário	181
2.3.2	Recurso de ofício	181
2.3.2.1	Cabimento da <i>reformatio in pejus</i> da remessa de ofício.....	182
2.3.3	Julgamento de segunda instância administrativa	182
2.4	Incidente de uniformização de decisões divergentes das turmas da câmara superior de recursos fiscais	184
2.5	Recurso hierárquico	184
2.6	Nulidades do processo administrativo fiscal	184
2.7	Disposições finais	185
3.	MODELOS DE IMPUGNAÇÕES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS	187
3.1	Modelo de impugnação administrativa	187
3.2	Recurso voluntário	189

TERCEIRA PARTE

REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA DOS IMPOSTOS ORDINÁRIOS

1.	IMPOSTOS EM ESPÉCIE	191
1.1	Regra-matriz de incidência tributária.....	192
2.	IMPOSTOS FEDERAIS.....	195
2.1	Imposto sobre a Importação (II).....	195
2.1.1	Previsão legislativa	195
2.1.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	195
2.1.2.1	Aspecto material.....	195
2.1.2.2	Aspecto espacial	198
2.1.2.3	Aspecto temporal.....	199
2.1.2.4	Aspecto pessoal	200
2.1.2.5	Aspecto quantitativo.....	202
2.1.2.6	Demais características	203
2.2	Imposto sobre a Exportação (IE)	206
2.2.1	Previsão legislativa	206
2.2.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	206
2.2.2.1	Aspecto material.....	206
2.2.2.2	Aspecto espacial.....	207
2.2.2.3	Aspecto temporal.....	207
2.2.2.4	Aspecto pessoal	208
2.2.2.5	Aspecto quantitativo.....	208
2.2.2.6	Demais características	210

2.3	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR).....	210
2.3.1	Previsão legislativa.....	211
2.3.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	211
2.3.2.1	Aspecto material.....	211
2.3.2.2	Aspecto espacial.....	213
2.3.2.3	Aspecto temporal.....	215
2.3.2.4	Aspecto pessoal.....	215
2.3.2.5	Aspecto quantitativo.....	217
2.4	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	227
2.4.1	Previsão legislativa.....	227
2.4.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	227
2.4.2.1	Aspecto material.....	227
2.4.2.2	Aspecto espacial.....	234
2.4.2.3	Aspecto temporal.....	234
2.4.2.4	Aspecto pessoal.....	235
2.4.2.5	Aspecto quantitativo.....	239
2.4.2.6	Demais características.....	240
2.5	Imposto sobre operações decorrentes de crédito, câmbio, seguros, títulos e valores mobiliários (IOF).....	243
2.5.1	Previsão legislativa.....	243
2.5.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	243
2.5.2.1	Aspecto material.....	243
2.5.2.2	Aspecto espacial.....	246
2.5.2.3	Aspecto temporal.....	247
2.5.2.4	Aspecto pessoal.....	249
2.5.2.5	Aspecto quantitativo.....	251
2.5.2.6	Demais características.....	261
2.6	Imposto sobre a propriedade Territorial Rural (ITR).....	264
2.6.1	Previsão legislativa.....	264
2.6.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	264
2.6.2.1	Aspecto material.....	264
2.6.2.2	Aspecto espacial.....	268
2.6.2.3	Aspecto temporal.....	268
2.6.2.4	Aspecto pessoal.....	268
2.6.2.5	Aspecto quantitativo.....	269
2.6.2.6	Demais características.....	271
3.	IMPOSTOS ESTADUAIS.....	275
3.1	Imposto sobre a Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doações de Quaisquer Bens e Direitos (ITCMD).....	275
3.1.1	Previsão legislativa.....	275
3.1.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	275

3.1.2.1	Aspecto material.....	275
3.1.2.2	Aspecto espacial	277
3.1.2.3	Aspecto temporal	277
3.1.2.4	Aspecto pessoal	277
3.1.2.5	Aspecto quantitativo	278
3.2	Imposto sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestaduais, Intermunicipais e de Comunicação (ICMS).....	280
3.2.1	Previsão legislativa	280
3.2.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	281
3.2.2.1	Aspecto material	281
3.2.2.2	Aspecto espacial.....	286
3.2.2.3	Aspecto temporal	288
3.2.2.4	Aspecto pessoal	289
3.2.2.5	Aspecto quantitativo	290
3.2.2.6	Demais características	292
3.3	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.....	300
3.3.1	Previsão legislativa.....	300
3.3.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	301
3.3.2.1	Aspecto material	301
3.3.2.2	Aspecto espacial.....	302
3.3.2.3	Aspecto temporal.....	302
3.3.2.4	Aspecto pessoal.....	303
3.3.2.5	Aspecto quantitativo.....	303
4.	IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	305
4.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	305
4.1.1	Previsão Legislativa.....	305
4.1.2	Regra-Matriz de Incidência Tributária	305
4.1.2.1	Aspecto material.....	305
4.1.2.2	Aspecto espacial.....	307
4.1.2.3	Aspecto temporal.....	308
4.1.2.4	Aspecto pessoal.....	308
4.1.2.5	Aspecto quantitativo.....	309
4.2	Imposto sobre a transmissão de bens imóveis inter vivos, onerosa e de direitos reais relativos aos imóveis, exceto os de garantia (ITBI)	312
4.2.1	Previsão legislativa	312
4.2.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	313
4.2.2.1	Aspecto material.....	313
4.2.2.2	Aspecto espacial.....	317
4.2.2.3	Aspecto temporal.....	317
4.2.2.4	Aspecto pessoal	317
4.2.2.5	Aspecto quantitativo.....	318

4.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	319
4.3.1	Previsão legislativa.....	319
4.3.2	Regra-matriz de incidência tributária.....	319
4.3.2.1	Aspecto material.....	319
4.3.2.2	Aspecto espacial.....	320
4.3.2.3	Aspecto temporal.....	322
4.3.2.4	Aspecto pessoal.....	323
4.3.2.5	Aspecto quantitativo.....	323
QUARTA PARTE DIREITO SUMULAR TRIBUTÁRIO		
	SÚMULAS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA.....	329
QUINTA PARTE EXERCÍCIOS E GABARITOS		
1.	EXERCÍCIOS.....	381
2.	QUESTÕES DISCURSIVAS.....	419
SEXTA PARTE DECISÕES JURISPRUDENCIAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA		
	EMENTÁRIO JURISPRUDENCIAL	495
	BIBLIOGRAFIA	523